

REENERGISA GERAÇÃO
FOTOVOLTAICA VII S/A

RESULTADOS
2025

 reenergisa

REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA VII S/A
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 26 de março de 2026 – A Administração da REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA VII S/A

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VII S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	4.164	439
Clientes	5	-	48
Tributos a recuperar	6	21	14
Outros créditos		1.118	639
Total do circulante		5.303	1.140
Não circulante			
Tributos a recuperar	6	40	-
Imobilizado	7	27.036	28.287
Total do não circulante		27.076	28.287
Total do ativo		32.379	29.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VII S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	76	76
Impostos e contribuições sociais	9	214	86
Outros passivos		672	51
Total do circulante		962	213
Não circulante			
Provisão para desmobilização	7	1.249	1.249
Total do não circulante		1.249	1.249
Patrimônio líquido			
Capital social	11.1	28.150	28.065
Reserva de Lucro	11.2	126	-
Dividendos adicionais propostos	11.3	1.792	-
Prejuízos acumulados		-	(185)
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	100	85
Total do patrimônio líquido		30.168	27.965
Total do passivo e patrimônio líquido		32.379	29.427

REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA VII S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	12	4.328	561
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	13	(1.153)	(192)
Lucro bruto		3.175	369
Despesas gerais e administrativas	13	(32)	(54)
Outras receitas/despesas		(129)	-
Equivalência patrimonial			-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		3.014	315
Receitas financeiras	14	217	34
Despesas financeiras	14	(5)	(29)
Despesas financeiras líquidas		212	5
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		3.226	320
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(525)	(65)
Lucro/Prejuízo do exercício		2.701	255
Lucro/Prejuízo básico por ação - R\$	16	0,43	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VII S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Lucro/Prejuízo do exercício	16	2.701	255
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		2.701	255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VII S/A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024		2.444	-	-	(440)	-	2.004
Aumento de capital pela acionista Alsol energias Renováveis S.A conf. AGE de 02/09/2024	11.1	926	-	-	-	-	926
Aumento de capital pela acionista Vision Sistemas LTDA conf. AGE de 02/09/2024	11.1	24.695	-	-	-	-	24.695
Lucro do exercício		-	-	-	255	-	255
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	-	-	-	85	85
Saldos em 31 de dezembro de 2024		28.065	-	-	(185)	85	27.965
Aumento de capital conf. AGE de 24/04/2025	11.1	85	-	-	-	(85)	-
Lucro do exercício		-	-	-	2.701	-	2.701
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:		-	-	-	-	-	-
Reserva legal	11.2	-	126	-	(126)	-	-
Dividendos	11.3	-	-	-	(598)	-	(598)
Dividendos adicionais propostos	11.3	-	-	1.792	(1.792)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	-	-	-	100	100
Saldos em 31 de dezembro de 2025		28.150	126	1.792	-	100	30.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VII S/A
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

		2025	2024
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de locação de equipamentos e prestação de serviços	12	4.492	582
		4.492	582
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Serviços de terceiros	13	(2)	(12)
Outros custos operacionais		(172)	(11)
		(174)	(23)
Valor adicionado bruto			
Depreciação e amortização	13	(1.139)	(186)
		3.179	373
Valor adicionado líquido produzido			
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	14	217	34
		217	34
Valor adicionado total a distribuir			
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		689	86
Estaduais		1	-
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	14	5	29
Aluguéis		-	37
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	11.3	2.390	-
Lucros retidos / Prejuízos acumulados		311	255
		3.396	407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VII S/A
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) do exercício	16	2.701	255
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	15	525	65
Despesas (receitas) com juros, variações monetárias - líquidas	14	(217)	(32)
Depreciação e amortização	13	1.139	186
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes	5	48	(48)
Tributos a recuperar	6	(47)	(5)
Outros créditos		(479)	2.593
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	8	-	(43)
Tributos e contribuições sociais	9	(397)	6
Provisão para desmobilização de usinas	7	-	1.249
Outras contas a pagar		621	(15.792)
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais		3.894	(11.566)
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		217	32
Aplicações no imobilizado e intangível	7	112	(14.519)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		329	(14.487)
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos		(598)	-
Aumento de capital	11	-	25.621
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	100	85
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		(498)	25.706
Variação líquida do caixa		3.725	(347)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	4	439	786
Caixa mais equivalentes de caixa finais	4	4.164	439
Variação líquida do caixa		3.725	(347)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Reenergisa Geração Fotovoltaica VII S.A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Reenergisa Geração Fotovoltaica VII (“Reenergisa VII” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, tem como objeto a implantação, desenvolvimento e exploração de usina solar, na modalidade minigeração distribuída, através de sistema de compensação de energia de geração compartilhada.

Em 28 de janeiro de 2022 a controladora Alsol Energias Renováveis S/A (“Alsol”) celebrou com a Vision Sistemas Ltda, contrato de Compra e Venda e Subscrição de Participações Societárias e outras Avenças, por meio do qual se tornou titular de quotas ou ações, conforme o caso, equivalentes a 100% do capital social das seguintes companhias: SPE Vision Solar I Ltda, Vision Francisco Sá SPE S/A, Vision Itaobim SPE S/A, UFV Vision IV Curvelo S/A, SPE Vision V Almenara Ltda, UFV Vision VI Arcos 2,5 MW SPE Ltda, SPE UFV Vision VII Mateus Leme 2,4 MW Ltda, Vision VIII Iguatama 2,4 MW SPE Ltda, Renesolar Engenharia Elétrica Ltda, Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda e Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.

Em 06 de maio de 2022, foi concluída a aquisição da Companhia pela sua controladora Alsol.

Nos últimos anos, a Companhia intensificou os investimentos em sistemas próprios para locação com o intuito de expandir sua cartela de clientes e maior atuação no mercado de energias renováveis.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Políticas Contábeis materiais

a) Caixa e equivalentes de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Clientes – referem-se as faturas de aluguel de quotas de usinas fotovoltaicas, sendo reconhecido quando faturado o contrato. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas e probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

c) Imobilizado – itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente;

Desmobilização dos ativos fotovoltaicos: considerando que as usinas possuem contratos de arrendamento do terreno e assumiram obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a Companhia efetuou o registro de provisão para desmobilização de Ativos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente de acordo com as mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente.

d) Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação

razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:

- (i) **Receitas** – as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** – os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** – os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

e) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente – a Companhia adota o regime de tributação com base no lucro presumido, com apuração trimestral nos meses de março, junho, setembro e dezembro, mediante o qual os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor efetivamente pago ou a pagar às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela que exceder R\$ 60 mil por trimestre (R\$ 240 mil no ano), aplicados sobre a base de cálculo presumida correspondente a 32% da receita bruta, acrescida das demais receitas sujeitas à tributação, tais como receitas financeiras e ganhos de capital, tributadas integralmente ou com percentuais de presunção específicos conforme a legislação aplicável. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo presumida correspondente a 32% da receita bruta, acrescida das demais receitas tributáveis pelos mesmos critérios aplicáveis ao IRPJ.

Em conformidade com o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza.

f) Provisões - são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso;

g) Dividendos - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido;

h) Receita operacional - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços, sendo composta em sua grande maioria de contratos com clientes. A sua satisfação das obrigações de desempenho é avaliada e mensurada a cada contrato com o cliente. A Companhia somente reconhece as receitas oriundas desses contratos na medida em que haja o cumprimento da obrigação de desempenho implícita em cada contrato.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de locação de usinas fotovoltaicas, é reconhecida mensalmente com base no valor das faturas de locação emitidas e enviadas aos clientes finais. É feito um cálculo sobre a geração de créditos de energia da usina no mês e as faturas são calculadas com base em um percentual de cada cliente consome na usina conectada.

i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulante - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e

j) Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras foi constituída, principalmente, por Certificado de Depósito Bancário (CDB).

Descrição	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	45	439
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Operações Compromissadas ⁽¹⁾	4.119	-
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante	4.164	439

(1) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5 Clientes

Descrição	2024
Serviços não faturados ⁽¹⁾	48
Total - Circulante	48

(1) O valor dos serviços não faturados refere-se à apropriação por provisão na competência referentes à prestação dos serviços de acordo com as condições contratadas apurados na data do balanço. Os saldos serão transferidos para contas a receber quando do correspondente faturamento.

6 Tributos a recuperar

Descrição	2025	2024
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	54	14
Outros	7	-
Total	61	14
Total - Circulante	21	14
Total - Não Circulante	40	-

7 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

Imobilizado	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2024	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 2025
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Edificações e benfeitorias	3,33%	1.010	-	-	-	-	1.010
Máquinas e equipamentos ⁽¹⁾	4,02%	27.463	-	145	(282)	-	27.326
Total do imobilizado em serviço		28.473	-	145	(282)	-	28.336
Depreciação Acumulada							
Edificações e benfeitorias		(3)	-	-	-	(34)	(37)
Máquinas e equipamentos		(183)	-	-	14	(1.105)	(1.274)
Total depreciação acumulada		(186)	-	-	14	(1.139)	(1.311)
Subtotal Imobilizado		28.287	-	145	(268)	(1.139)	27.025
Imobilizado em curso		-	156	(145)	-	-	11
Total do Imobilizado		28.287	156	-	(268)	(1.139)	27.036

Imobilizado	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2023	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2024
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Edificações e benfeitorias	3,33%	-	-	1.010	-	1.010
Máquinas e equipamentos ⁽¹⁾	4,08%	-	-	27.463	-	27.463
Total do imobilizado em serviço		-	-	28.473	-	28.473
Depreciação Acumulada						
Edificações e benfeitorias		-	-	-	(3)	(3)
Máquinas e equipamentos		-	-	-	(183)	(183)
Total depreciação acumulada		-	-	-	(186)	(186)
Subtotal Imobilizado		-	-	28.473	(186)	28.287
Imobilizado em curso		13.954	14.519	(28.473)	-	-
Total do Imobilizado		13.954	14.519	-	(186)	28.287

⁽¹⁾ Inclui R\$1.249 (R\$1.249 em 2024), deduzidos de Ajuste a Valor Presente, de valores estimados com a desmobilização dos ativos de geração que serão incorridos pela Companhia na desmontagem de equipamentos e recuperação e restauração do sítio onde se encontram instalados as Usinas quando do encerramento dos contratos. A estimativa foi mensurada com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de desconto que reflete o risco do negócio, com base na melhor estimativa da Administração. A provisão é reconhecida no passivo não circulante, sendo revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida ao custo do ativo.

8 Fornecedores

Descrição	2025	2024
Fornecedores de serviços	76	76
Total - Circulante	76	76

9 Impostos e contribuições sociais

Descrição	2025	2024
Contribuições ao PIS e a COFINS	22	1
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	126	43
Contribuição social s/o lucro - CSLL	48	19
Imposto sobre Serviços - ISS	18	18
Encargos Sociais	-	2
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	-	3
Total - circulante	214	86

10 Transações com partes relacionadas

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços prestados	Saldo a receber	Recursos destinados a futuro aumento de capital ⁽¹⁾
ALSOL Energias Renováveis S/A	4.540	608	(100)
2025	4.540	608	(100)
2024	-	-	(85)

⁽¹⁾ Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

11 Patrimônio líquido

11.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$28.150 (R\$28.065 em 2024) e está representado por 6.318.901 (6.233.901 em 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2025 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$85, mediante a emissão de 85.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, passando o capital social de R\$28.065 para R\$28.150.

As novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são, nesta data, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Alsol Energias Renováveis S.A., mediante capitalização de valor disponível na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pela acionista até 31 de dezembro de 2024, conforme devidamente reconhecido e registrado na escrituração contábil da Companhia.

11.2 Reserva de lucros – reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2025 é de R\$126.

11.3 Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurado com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a distribuição de dividendos, conforme segue:

	2025
Lucro líquido do exercício	2.701
Absorção de prejuízos	(185)
Reserva legal – 5%	(126)
Lucro líquido ajustado	2.390
Dividendos obrigatórios (50%)	598
Dividendos a pagar – R\$0,094586101 por ação do capital social	598
Dividendos adicionais propostos – R\$0,283758301 por ação do capital social ⁽¹⁾	1.792
Total dos dividendos	2.390
% sobre o lucro líquido ajustado	100%

⁽¹⁾ Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação.

12 Receita Operacional Líquida

Descrição	2025	2024
Receita operacional bruta		
Locação de equipamentos	4.492	582
Deduções à receita operacional		
PIS	(29)	(4)
COFINS	(135)	(17)
Total das deduções à receita operacional	(164)	(21)
Receita operacional líquida	4.328	561

13 Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Natureza do Gasto	Custo do serviço		Despesas Operacionais		Total	
	Prestado a terceiros		Gerais e administrativas		2025	2024
Materiais	2	-	-	-	2	-
Serviços de terceiros	-	-	-	-	-	12
Depreciação e amortização	1.139	-	-	-	1.139	186
Outras despesas	12	32	32	44	44	48
Total	1.153	32	32	1.185	1.185	246

14 Receitas e despesas financeiras

Descrição	2025	2024
Receita de aplicações financeiras	217	32
Outras receitas financeiras	-	2
Total receita financeira	217	34
Juros/multa	(2)	(25)
IOF	-	(4)
Outras despesas financeiras	(3)	-
Total despesa financeira	(5)	(29)
Despesas financeiras líquidas	212	5

15 Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

Regime lucro presumido	2025		2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receita da prestação de serviços	4.492	4.492	582	582
Alíquota de presunção	32%	32%	32%	32%
Base de cálculo	1.437	1.437	186	186
Receita sobre aplicações financeiras	138	138	32	32
Outras receitas financeiras	40	40	2	2
Base de cálculo	178	178	34	34
Base de cálculo total	1.615	1.615	221	221
Alíquota	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL	(242)	(145)	(33)	(20)
Adicional IRPJ (10% da base superior a R\$20 por mês)	(138)	-	(12)	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(380)	(145)	(45)	(20)

16 Lucro(prejuízo) por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações em circulação.

	2025	2024
Lucro (prejuízo) do exercício	2.701	255
Média ponderada das ações	6.291	2.597
Lucro(prejuízo) básico por ação em Reais - R\$ ⁽¹⁾	0,43	0,03

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

17 Meio ambiente

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente.

18 Cobertura de seguros

A política de seguros da Energisa e suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não examinadas pelos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			2025	2024
Risco Operacional	06/10/2026	90.000	37	40
Total			37	40

19 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2025 as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da empresa, é o que segue:

Descrição	2025
Atividades de financiamento	
Empréstimos e Financiamentos - repactuação déficit atuarial	
Aumento de capital	85

Diretoria

Guilherme Perdigão Nascimento
Diretor Presidente

Fernando Lima Costalonga
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia

Rodolfo da Paixão Lima
Contador CRC-RJ 107.310/0-0
